

Mulheres, Feminismo e Política. O papel das parlamentares revolucionárias na Argentina.

Estamos frente a novos processos políticos na América Latina, um “fim de ciclo” de um conjunto heterogêneo de governos chamados “pós-neoliberais” e um giro a direita na superestrutura política. Este trabalho realiza um estudo de caso do papel das parlamentares revolucionárias argentinas, vinculadas a um partido político, o *Partido de los Trabajadores Socialistas (PTS)*, integrante da *Frente de Izquierda y los Trabajadores (FIT)*. Abordamos um fenômeno político que mesmo sendo novo no país retoma uma tradição política que é conhecida no marxismo como “parlamentarismo revolucionário”. Trata da participação de partidos políticos revolucionários no Parlamento de uma forma específica em termos táticos, no marco de uma democracia liberal. Analisaremos o exemplo concreto das legisladoras no plano nacional e estadual vinculadas a combinação de sua ação no Parlamento e nas lutas extraparlamentar, na luta de classes.

As legisladoras estão vinculadas ao PTS e ligadas ao desenvolvimento da FIT, criada em 2011. Em relação ao feminismo, as legisladoras são ativas participantes dos Encontros Nacionais de Mulheres e do Movimento Nem una a Menos, assim como fazem parte da Agrupação internacional de mulheres Pão e Rosas e participam ativamente do debate que a partir das forças das ruas, o macrismo viu-se obrigado a pautar no Parlamento. Importante destacar a particular relação entre classe e gênero, exploração e opressão.

Para ter uma dimensão do fenômeno político estudado, nas eleições presidenciais de 2015, a FIT na Argentina na fórmula Nicolás Del Caño e Myriam Bergman (candidatos à presidente e vice, respectivamente), conquistou a maior votação da esquerda para presidente desde 1983, ano que voltou a democracia liberal no país, superando os 800 mil votos (3,3% a nível nacional), tornando a quarta força política nacional e conquistando 1,1 milhão de votos para deputados. Se realizarmos uma comparação com Brasil, representam o dobro dos votos conquistados por Luciana Genro do PSOL, de 1,6%, nas eleições presidenciais no Brasil em 2014.

As parlamentares têm como característica a manutenção da independência política, dos padrões, dos oficialismos governamentais e do Estado, realizando o uso tático do mandato parlamentar em função das lutas dos trabalhadores, as mulheres e o povo pobre. As propostas elaboradas assim como suas práticas tem elementos que poderíamos denominar transicionais, como por exemplo receber o mesmo um salário que uma

professora e contribuindo com o resto as lutas e greves em curso no país. Esta proposta, foi inspirada na Comuna de Paris de 1871. Além desta proposta o PTS vem defendendo, em suas propagandas e no parlamento Argentino a legalização e regulamentação do aborto; a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, como uma forma de garantir que todos tenham emprego; a estatização das fábricas sob controle operário, centralmente para aquelas que fecham e demitem todos os seus trabalhadores; a efetivação de todos os terceirizados; entre outras, desta forma, entendemos estas como medidas de política transicional.

Balanco da Literatura sobre o tema

A tradição histórica do Parlamentarismo Revolucionário

Para os marxistas revolucionários o Parlamento é uma instituição burguesa. Na sexta parte do *XVIII Brumário de Luis Bonaparte*, Karl Marx expõe a importância política dessa instituição para a burguesia. Marx trabalha com as categorias classe e frações de classe, essas frações tem um interesse único contra os trabalhadores, defesa da propriedade privada burguesa e reprodução da sociedade capitalista, mas tem interesses específicos como fração. A república parlamentar permite resolver civilizadamente os conflitos inter-burgueses, já que cada fração tem a possibilidade de apresentar suas demandas no parlamento no intuito de torna-las hegemônicas para o conjunto da sociedade.

Na Primeira Internacional os parlamentos burgueses eram utilizados para agitação, para desenvolver a consciência de classe do proletariado contra a classe dominante.

Friedrich Engels no seu Prefácio ao livro *A Luta de classes na França (1848-1850)* de Karl Marx, escrita entre o 14 de fevereiro e o 6 março de 1895, no que configura seu testamento político, trata o tema da relação dos socialistas com a luta de barricadas e o Parlamento. O artigo foi parcialmente censurado para sua publicação pela socialdemocracia alemã, centralmente por Wilhelm Liebknecht, pai do parlamentar revolucionário Karl Liebknecht, posto que recentemente haviam sido abolidas as leis antissocialistas, sem informar ao autor, o que o revoltou, porque dessa forma parecia que ele era um defensor pacífico da legalidade burguesa. A tese de Engels é clara, mudaram as condições da guerra em geral, e dessa forma mudaram as condições da luta de classes, acabaram os tempos de revoluções dirigidas por minorias sobre um “povo” inconsciente, mas agora a revolução terá direção mas será de massas para poder triunfar frente ao poder militar das classes dominantes, e paralelamente o crescimento do sufrágio universal e a

possibilidade de usar a tribuna parlamentar para se dirigir a massa extraparlamentar fizeram avançar as forças socialistas no plano da própria legalidade burguesa. Engels reconhece que foram conquistadas importantes posições nos Parlamentos burgueses em diferentes países, mas isso de jeito algum significa renunciar ao direito de fazer a revolução.

A morte de Engels poucos meses depois não permitiu uma consolidação em termos estratégicos e marxistas revolucionários desta relação entre a luta Parlamentar e a extraparlamentar, ao contrário na experiência histórica da Segunda Internacional, a qual por sua vez observamos uma adaptação tática orgânica dos Partidos Socialistas à ação legislativa e a luta por tentar incorporar reformas no marco do capitalismo, base sobre a qual se desenvolve o arrivismo e oportunismo

Foi o Partido Bolchevique quem cria uma nova base para a tática do proletariado em relação ao Parlamento, que conhecemos como Parlamentarismo Revolucionário. As primeiras experiências de Parlamentarismo Revolucionário nos remetem a Rússia posterior a 1905, centralmente na experiência dos bolcheviques na Segunda Duma em 1907. A Duma era o parlamento Russo antes da revolução de outubro de 1917. O czar após a revolução de 1905 objetivando apassivar o movimento grevista convocou a primeira Duma em 1906, que foi dissolvida em 1907 e convocada ainda no mesmo ano a segunda Duma. No marco de uma monarquia, a Duma era um espaço extremamente antidemocrático. Por decisão política os Bolcheviques não participaram da primeira, o que Lenin mais tarde avaliou como um erro político. Após debates dentro do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), tomaram a decisão política de participar, e impulsionados por Lenin, os Bolcheviques fizeram uma grande campanha e conseguiram eleger uma quantidade significativa de deputados.

Lenin defendia a participação nesses espaços como uma tribuna de agitação, de propaganda das ideias revolucionárias, de denúncia do próprio regime político e do próprio funcionamento da Duma, e claro, sem nenhuma ilusão quanto aos limites desse espaço, fazendo um uso tático desse espaço em prol da estratégia revolucionária.

No entanto, o caso mais emblemático de parlamentarismo revolucionário aconteceu na Alemanha, foi do deputado socialista alemão Karl Liebknecht em 1914 com seu voto contra os novos créditos de guerra, que a classe dominante alemã precisava para a I Guerra Mundial.

Tem cinco escritos de Karl Liebknecht importantes sobre o tema, um primeiro que é o *Fundamento do voto contra a aprovação dos créditos de guerra* na sessão parlamentar

do dia 02 de dezembro de 1914 na Alemanha; um segundo intitulado *O inimigo principal está no próprio país*, duas cartas: uma dirigida a redação do *Labour Leader* da Inglaterra e outra dirigida desde a prisão à Conferência de Zimmerwald, assim como um livro intitulado *Acerca da justiça de classe*, mas este último não analisaremos neste balanço da bibliografia por não abordar o objeto específico do Parlamentarismo Revolucionário.

No fundamento de seu voto caracteriza de forma adequada a Primeira Guerra Mundial como uma guerra inter-imperialista, pela dominação capitalista do mercado mundial e pela dominação política de importantes regiões para instalar capital industrial e bancário. Vota contra a guerra e explica sua posição. Liebknecht acatou a deliberação do VIII Congresso da Internacional Socialista realizado em 1910 na cidade de Copenhague na Dinamarca, que estabeleceu que em caso que fosse pautado nos Parlamentos os créditos de guerra, os deputados socialistas deveriam votar contra estes, contrariando a deliberação do seu partido, o Partido Social Democrata Alemão (PSDAI).

Em maio de 1915 Karl Liebknecht publica *O inimigo principal está no próprio país* e continua aprofundando argumentos contra a guerra inter-imperialista. Destacamos a importância das Cartas, uma dirigida a redação do *Labour Leader* da Inglaterra, desde Berlin (Alemanha) em dezembro de 1914, pelo fato de que dirige suas palavras de fraternidade internacionalista aos trabalhadores socialistas ingleses desde o socialismo alemão, em momentos em que as classes dominantes desses países estão em guerra. Tanto os trabalhadores socialistas internacionalistas ingleses, assim como os russos e os sérvios são tomados como exemplos de luta contra a guerra e pela paz. Antecipa a tese de que cada Partido socialista tem o inimigo no seu próprio país e é a ele que se deve combater, assim que, frente a todos os discursos demagógicos da burguesia, a libertação de cada povo será obra dele próprio. Conclui com a frase do manifesto do Partido Comunista: Proletários de todos os países uni-vos! e acrescenta Guerra à Guerra.

Outra é a *Carta a Conferência de Zimmerwald*, desde Berlin, na prisão, também em 1915. Na perspectiva de Liebknecht duas tarefas centrais têm a Conferência: a primeira é um acerto de contas com os desertores da Internacional e o apoio político aqueles que estão resolutos em não recuar um só passo diante do imperialismo internacional.

O livro *Revolução Socialista e Internacionalismo proletário*, precisamente, reúne um conjunto de Documentos sobre a luta política dos “spartaquistas” na Alemanha. Uma Carta de Karl Liebknecht sobre a atividade dos spartaquistas entre abril de 1914 e setembro de 1915; Duas cartas de fevereiro de 1915, uma dirigida a Hasse, líder do grupo

parlamentar socialdemocrata que solicitava explicações de seu voto do dia 02 de dezembro de 1914 e outra a Bruhwood onde explica as circunstâncias em que aconteceu a votação. Uma declaração sobre sua expulsão do Parlamento de abril de 1916 e um *Apelo de Karl Liebknecht aos soldados da Aliança* datado no dia 31 de outubro de 1918. Interessante destacar também que este livro traz um discurso do deputado Otto Rühle no Reichstag em 25 de outubro de 1918. Otto Rühle foi deputado por Pirna, Saxônia, e foi o segundo deputado socialdemocrata em recusar os créditos de guerra em 1915. Foi spartaquista e posteriormente do Partido Comunista da Alemanha (PCAI) sendo contra a participação deste nas eleições a Assembleia Nacional.

Junto com a de Karl Liebknecht podemos mencionar no mínimo outras duas relevantes experiências de Parlamentarismo Revolucionário, nesse mesmo período histórico, a de Zeth Höglund na Suécia e as experiências do bloco parlamentar revolucionário búlgaro, que contou com 47 parlamentários revolucionários. A guerra foi evitada e a Noruega tornou-se independente, mas, como resultado da sua agitação antibélica, Zeth Höglund foi condenado a seis meses na prisão, pena que cumpriu entre o verão e o Natal de 1906 na prisão de Malmö.

Em Novembro de 1912, Höglund, juntamente com os seus companheiros suecos Hjalmar Branting e Ture Nerman, participaram da convenção especial de emergência da Internacional Socialista, que se reuniu em Basileia, na Suíça, devido ao rebentamento das Guerras Balcânicas. Em conjunto com os companheiros Fredrik Ström e Hannes Sköld, Höglund escreveu o manifesto antimilitarista *A casa pobre fortaleza*, no qual era descrita e criticada a Suécia como uma fortaleza e ao mesmo tempo uma casa pobre, onde as pessoas eram miseráveis e os governantes gastavam todos os recursos no militarismo. *Nem uma coroa, nem um öre (cêntimo), para o militarismo* era o slogan desse manifesto. Em 1914 Höglund conseguiu ser eleito deputado na Câmara baixa do Riksdag, o Parlamento da Suécia. Em 1914, quando a Primeira Guerra Mundial eclodiu, Zeth Höglund e Ture Nerman representaram conjuntamente os membros suecos e noruegueses na Conferência de Zimmerwald, o movimento internacional socialista antibélico, que se reuniu na pequena vila da Suíça chamada Zimmerwald, da qual falaremos brevemente mais na frente.

Os parlamentares revolucionários da Bulgária merecem uma menção aparte. Entre outros podemos destacar Blagoev, Kirkov e Vássil Kolarov que nas eleições anteriores a mencionada circular de setembro de 1919, haviam obtido 47 deputados e usaram a tribuna parlamentar para servir a causa da revolução proletária. Vássil Kolarov foi o representante

da Bulgária que assinou o *Manifesto de Zimmerwald* na Conferência Socialista Internacional contra a guerra. O papel de todos eles é central porque minam a posição do inimigo no seu próprio campo não para defender o Parlamento mas para ajudar as massas a destruir ele a partir de fora.

A Conferência caracteriza a guerra como imperialista e retoma a luta do proletariado socialista contra o militarismo expressos nas deliberações da II Internacional, do VII Congresso realizado em Stuttgart em agosto de 1907, do VIII Congresso sediado em Copenhague de 1910, que tem a importância de deliberar aos deputados socialistas a votar contra os créditos de guerra em caso que seja pautado e no Manifesto de IX Congresso (extraordinário) de Basileia de novembro de 1912. O Manifesto que culmina com a celebre frase do Manifesto do Partido Comunista: “Proletários de todos os países uni-vos!” O livro intitulado *A questão parlamentar e a Internacional Comunista*, reúne nove textos sobre o tema, foi publicado na cidade de Lisboa, Portugal.

O primeiro artigo é de Grigori Zinoviev: *O parlamentarismo e a luta pelos soviets*, que faz parte de uma circular do Comité Executivo da Internacional Comunista de setembro de 1919, que expressa uma necessidade de unificar a tática sobre o tema. Todos os grupos concordam em reconhecer a luta pela ditadura do proletariado sob a forma de poder dos soviets, mas é preciso distinguir claramente duas questões que não tem nenhuma ligação lógica: o reconhecimento do princípio dos soviets e o parlamentarismo. Importante diferenciar o Parlamentarismo como uma forma desejável de organização do Estado da utilização do Parlamento com o objetivo de contribuir com a revolução. Tem que ficar claro que a forma da ditadura do proletariado são os soviets, assim que a palavra de ordem para todos os países deve ser: “Abaixo o Parlamento !, Viva o poder dos Soviets!” Mas, falado isso, para Zinoviev é possível utilizar o Parlamento com o objetivo de desenvolver a luta revolucionária de classe. Importante que seja entendido como uma questão tática a utilização dos parlamentos em proveito de uma estratégia comunista enquanto não se tenha força para derrubar, sabendo que o centro de gravidade está na luta extraparlamentar, que as intervenções no Parlamento correspondem a essas lutas, que façam trabalho legal e ilegal, estejam dirigidos pelo partido e não se enredem nas formas parlamentares.

Na continuação se apresentam três discursos sobre o tema no mencionado II Congresso da Internacional Comunista, os de Nicolai Bukharine, de Amadeo Bordiga defendendo a posição da fração abstencionista italiana e o discurso de Vladimir I. Lenin.

Para Bukharine o parlamentarismo revolucionário é um novo parlamentarismo, porque os sovietes operários são instrumentos de combate do proletariado, mas que não existem fora da Rússia soviética, o que existem são os Parlamentos burgueses, e se deve participar para destruir desde seu interior. Nos parlamentos burgueses deve ter espiões próprios, agente de informações que trabalharam de forma permanente com a classe dominante burguesa mantendo a independência política. A diferença central do novo parlamentarismo do parlamentarismo revolucionário, com o da II Internacional, é que antes esses parlamentares tinham uma relação orgânica com o Parlamento se integravam como parte integrante do sistema, e agora não, são uma ação parlamentar que se relaciona com o movimento operário de fora do Parlamento em lutas extra institucionais. Bukharine conclui que o velho parlamentarismo dos oportunistas será superado por um novo parlamentarismo verdadeiramente revolucionário, entendido como um método tático no marco de uma estratégia para a derrubada da burguesia, a destruição do Estado e do sistema capitalista.

O terceiro texto é o discurso de Amadeo Bordiga como representante da fração abstencionista italiana no mesmo II Congresso da Internacional Comunista de Julho de 1920. Importante diferenciar sua posição política de alguns grupos e sindicalistas ingleses, norte-americanos ou franceses que são contra toda ação política. O próprio Bordiga defende a posição antiparlamentarista da fração de esquerda do Partido Socialista Italiano, mas não por princípio, se delimitando dos anarquistas. A primeira máquina burguesa a ser destruída para ele, antes de passar a organização econômica do comunista, é o Parlamento burguês como parte do aparelho governamental. Devem-se boicotar as eleições e os órgãos democráticos burgueses.

No quarto texto temos o discurso de Valdimir I. Lenin no mesmo Congresso da Internacional, é uma resposta política ao grupo representado por Amadeo Bordiga. Para Lenin, como membros do Parlamento burguês é possível em determinadas condições históricas, sendo que os sovietes não podem se construir artificialmente, lutar contra a sociedade burguesa e o parlamentarismo. Justamente é preciso lutar contra as ilusões parlamentares desde o interior do próprio parlamento e mostrar as massas a verdade dos fatos. Uma questão política relevante tem que ser tida em consideração, se todas as classes são levadas ao Parlamento, a participar da luta parlamentar mesmo com hegemonia burguesa é porque os conflitos de classe se refletem no Parlamento. Se o argumento é que não se pode confiar nos deputados comunistas, caso não exista disciplina partidária, a

pergunta é por quê deveria existir Partidos Comunistas tão fracos de disciplina durante a ditadura do proletariado.

O quinto texto é uma breve resposta de Bordiga a Lenin, onde refirma que a recusa a participar do Parlamento é que deixou de influir nos acontecimentos num sentido revolucionário.

Na sexta parte temos o uma sessão do livro *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, de Vladimir I. Lenin, escrito em 1920: *Deve-se participar nos Parlamentos burgueses?* no qual realiza a defesa e validade dessa tática polemizando centralmente com os esquerdistas Alemães e Holandeses. Discutindo contra as tendências ultra-esquerdistas da Internacional Comunista, que consideravam uma traição de princípios participar no Parlamento burguês, Lênin reafirmou sua postura de que os marxistas na época imperialista devem sim ocupar todos os mecanismos legais que possibilitem difundir o programa da revolução socialista para educar as massas operárias que ainda depositavam sua confiança nas instituições do Estado burguês, e dessa forma fazer o uso tático do parlamento burguês dentro de uma estratégia maior, a saber, revolucionária.

Importante destacar que enquanto realizava estas críticas ao ultra esquerdismo e ao antiparlamentarismo por princípio Lenin continuava criticando o cretinismo parlamentar dos oportunistas socialdemocratas, entendidos como um conjunto de preconceitos democrático-burgueses que concebiam o parlamento como o principal terreno para a resolução das grandes questões políticas e não a luta de classes. A crítica de Lenin a Karl Kautsky é a crítica aos “chefes” oportunistas que não usam a tribuna parlamentar de modo revolucionário.

Por sua vez, na sétima parte constam as teses aprovadas no II Congresso da III Internacional sobre o tema, com introdução de Trotsky e as Teses de Bukarine e Lenin, intitulada: *O Partido Comunista e o Parlamentarismo*. Como neste livro não aparece publicada a Terceira parte desta resolução que é sobre a tática a complementamos com os *Manifestos, Teses e Resoluções do 2.º Congresso da III Internacional*, a Internacional Comunista (IC), realizado em Moscovo em julho de 1920, onde na parte dedicada ao Partido Comunista e o Parlamentarismo a resolução aparece completa.

A oitava parte apresenta as *Teses sobre o parlamentarismo apresentadas pela fração abstencionista comunista do Partido Socialista Italiano* e a nona e última parte é uma Carta de Jean Longet, dirigida a um amigo sobre: *A decadência do parlamentarismo*. Sobre o tema podemos incorporar criticamente outros dois textos.

O parlamentarismo revolucionário no caso argentino, os legisladores do PTS

Sobre a FIT, importantes sobre este tema, são duas matérias do Cientista Político André Barbieri, que no estudo do PTS pergunta se é possível que a esquerda construída na luta de classes, conquiste peso eleitoral e outra sobre se devem os trabalhadores participar das eleições e fazer política revolucionária no parlamento. Assim como um texto do sociólogo Iuri Tonelo sobre o por que os trabalhadores revolucionários devem participar das eleições parlamentares.

Existem também dois trabalhos de Gilson Dantas sobre a posição de Lenin e o que pretende a esquerda revolucionária quando disputa eleições, assim como se tem algum sentido um marxismo eleitoral, em termos de ruptura com o capitalismo se diferenciando dos fracassos das experiências socialdemocratas e eurocomunistas.

Um texto do sociólogo Iuri Tonelo sobre o por que os trabalhadores revolucionários devem participar das eleições parlamentares.

Finalizamos este balanço da literatura sobre Parlamentarismo Revolucionário com outros dois textos. O primeiro de Claudia Ferri e Ana Sanchez intitulado: *Para que participamos los revolucionários en las elecciones parlamentarias?* No qual realizam um percurso histórico sobre o tema. O segundo *O partido leninista como instrumento de combate* escrito pela redação do jornal *La Izquierda Diario* da Argentina.

As parlamentares revolucionárias na Argentina

A atuação no parlamento é entendida aqui como um dos métodos de luta política pela libertação da classe operária, isto é, o uso tático do parlamento pelos revolucionários subordinado a estratégia revolucionária, sem nenhuma ilusão quanto aos limites desse espaço. Colocando-se ao serviço dos trabalhadores, do povo pobre, das mulheres e da juventude nas principais lutas no país, mantendo sua independência política dos patrões, dos governos e do Estado.

As parlamentares revolucionárias, bem como os parlamentares, devem cumprir o mesmo papel que os Tribunos do Povo na Revolução Francesa, que eram aqueles que denunciavam a opressão dos camponeses, das mulheres, dos judeus contra os quais se realizavam atentados antissemitas (*Progroms*) com objetivo de elevar os trabalhadores e todos os setores sociais ao plano da luta política, contra o capitalismo, o imperialismo, seus governos e seus regimes.

Como já mencionamos, focamos na experiência concreta do *Partido de los Trabajadores Socialistas* (PTS) integrante da *Frente de Izquierda y de los Trabajadores* (FIT) na Argentina, especificamente nos mandatos das deputadas nacionais Miryam Bregman, por Buenos Aires (junho 2015 - dezembro 2016); e Nathalia Gonzalez Seligra (junho 2017- dezembro 2018), assumiram o mandato como parte do acordo político de rotação das bancas característico da FIT¹. Entendemos que o crescimento político do PTS e da FIT permitiu também ocupar cargos legislativos em diferentes níveis seja no plano estadual e/ou municipal nas províncias² de Neuquén; Córdoba; Mendoza, Jujuy, Buenos Aires e a Cidade Autônoma de Buenos Aires, por mencionar só as que as legisladoras do PTS tem presença política.

A FIT foi formada em 2011 e engloba três partidos: o *Partido de Trabajadores Socialistas* (PTS), o *Partido Obrero* (PO) e *Izquierda Socialista* (IS), todos de matrizes trotskistas, mas com diferentes interpretações no interior desta corrente.

O kirchnerismo criou no ano de 2009 as *Primarias Abiertas, Simultaneas e Obligatorias* (PASO), com a aprovação no Congresso Nacional Argentino da *Ley n° 26.571, de Democratización de la representación política, la transparencia y la equidad electoral* com o objetivo de excluir qualquer possibilidade de construção política a sua esquerda em termos institucionais.

As PASO tratam-se de um processo primário eleitoral no qual os eleitores votam nos candidatos para que estes possam disputar os cargos do governo nas eleições gerais, para isso o candidato precisa obter o mínimo de 1,5% dos votos válidos para conseguir assim participar da segunda fase do pleito eleitoral. Entendemos que funciona, dessa forma, como uma cláusula de barreira que visa excluir a participação dos partidos de esquerda e dos trabalhadores, com o objetivo de beneficiar cada vez mais os partidos tradicionais.

Dessa forma, a conformação da FIT em 2011, uma frente política eleitoral, programática, visa superar esta manobra prescritiva do Kirchnerismo contra a esquerda, a qual com as PASO estipulando um piso para poder se apresentar as eleições gerais, vislumbrando que a esquerda classista não superaria tal piso e que não apresentariam opções políticas a esquerda do kirchnerismo.

¹ Os cargos conquistados são rotativos entre as organizações que compõe a FIT a partir do tamanho de suas forças, de acordo com os resultados eleitorais na interna das PASO em cada estado e município, realizada no ano 2015. Aqui só mencionamos, mas será melhor desenvolvido no texto de qualificação.

² Províncias na Argentina é o equivalente aos Estados no Brasil.

Dito isto, se faz necessário esclarecer que deste que surgiu em 2011, para além de uma frente político eleitoral programática, a FIT é, sobretudo, produto de uma década de luta dos trabalhadores, atravessada por experiências de luta de classes dos trabalhadores no país como é o caso da recuperação de fábricas desde 2001, como é o caso da fábrica Zanon, hoje Fábrica sem Patrões (FASINPAT) sob gestão operária desde 2001, a gráfica MadyGraf (ex-Donnelley) que também se encontra sob gestão operária desde 2014, além da longa batalha em Lear Corporation, o importante conflito da multinacional Kraft em 2009 que se transformou no principal conflito operário durante o kirchnerismo, e outras lutas contra a burocracia sindical visando recuperar os sindicatos como instrumentos de luta dos trabalhadores.

O fenômeno político em questão se inicia no final do ano 2013 e a recente eleição legislativa de 2017 expressa a continuidade desse fenômeno político, na qual o parlamentarismo revolucionário obteve uma significativa votação, permitindo a sua expansão por novas províncias e municípios no interior destas, o que consideramos como um fato político relevante.

Faremos uma breve apresentação das parlamentares nacionais mencionadas, as quais são objeto deste artigo.

Myriam Bregman é advogada, dirigente nacional do PTS, foi deputada nacional entre 2015-2016 com base no acordo de rotação das bancas da FIT, atualmente é deputada da Cidade Autônoma de Buenos Aires, é membro fundadora do Centro de Profissionais de Direitos Humanos (CeProDH), referência na luta contra a impunidade dos crimes cometidos na ditadura militar e dos direitos dos trabalhadores, atuou como advogada em defesa dos trabalhadores da fábrica Zanon (FASINPAT) em 2001, juntamente com outros membros do CeProDH advoga para os trabalhadores das fábricas recuperadas, como a gráfica de Donnelley, hoje MadyGraf sob controle dos trabalhadores.

Nathalia Gonzalez Seligra é docente, dirigente nacional do PTS, assumiu como deputada nacional no dia 10 de junho de 2017, retomou a continuidade do mandato substituindo a Néstor Pitrola do PO, como parte do acordo político de rotação das bancas, é secretária de direitos humanos do Sindicato Único de Trabalhadores da Educação de Buenos Aires (Suteba - seccional La Matanza).

Ambas fazem parte da agrupação internacional de mulheres Pão e Rosas e tem uma trajetória de luta em defesa das mulheres, dos trabalhadores e das liberdades democráticas.

A agrupação Pão e Rosas, impulsionada em diversos países pelos grupos da Fração Trotskista pela Quarta Internacional e independentes, está presente na Argentina, Brasil, Chile, México, Estado Espanhol, Bolívia, Alemanha, França, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela. Partindo do fato que existem muitos feminismos, a mencionada agrupação luta por construir um feminismo socialista cuja base teórica é o marxismo, se diferenciando das demais correntes do feminismo, como o feminismo popular ou o feminismo radical, para citar alguns exemplos. O Pão e Rosas entende que existe uma particular relação entre classe e gênero, exploração e opressão, tais relações são ignoradas pelas demais correntes do feminismo, como a radical e o feminismo burguês. Entendemos que as mulheres trabalhadoras são as mais oprimidas entre as mulheres, e as mais exploradas entre a classe trabalhadora, basta ver a diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam a mesma função, dessa forma, constituem um sujeito político central na luta pela emancipação. A cerca desta relação esclarece Andrea D’Atri em seu Livro *Pão e Rosas*:

Para as marxistas revolucionárias a questão da opressão às mulheres se insere na luta de classes e, por isso, nossa posição teórica é a mesma que a de nossa luta: junto aos explorados e exploradas, oprimidos e oprimidas pelo sistema capitalista. O fazemos desde a perspectiva do materialismo dialético e histórico, que nos dá ferramentas para compreender este mundo, aspirando sua transformação. (D’ATRI, 2017, p. 33-34).

Diana Assunção (2017), nos mostra exemplos emblemáticos que ilustram bem essa relação, são os casos da Angela Merkel na Alemanha expulsando refugiadas, mulheres e meninas, deixando-as a “sua própria sorte”, ou mesmo o caso da Hillary Clinton nos Estados Unidos, na ocasião das eleições presidenciais, a qual triunfou Trump, pedindo os votos das mulheres pelo fato de ela ser mulher. Caso tivesse sido eleita, como reagiria o movimento feminista diante de um bombardeio, por exemplo, à Síria, matando mulheres e meninas? (ASSUNÇÃO, 2017, p. 24). São questões que as demais correntes do feminismo não respondem, justamente por não considerar a relação opressão e exploração.

Em relação a importante questão de gênero, em relação as mulheres no poder, temos exemplos concretos na América Latina, como são os casos da Argentina com Cristina Kirchner e no Brasil com Dilma Rousseff, mesmo sendo diferente do imperialismo, posto que estas eram representantes dos governos chamados “Pós-neoliberais” na América Latina, pautando o tema da inclusão social, mas sem romper com

o capitalismo, governando com os mesmos métodos da direita, continuamos concordando com Assunção, que esclarece:

E mesmo do ponto de vista da questão de gênero, não dá pra dizer que é uma vitória em si mesmo das mulheres ter uma presidente mulher. Como se explica que com duas presidentes mulheres, que inclusive fizeram um apelo do ponto de vista da questão de gênero para serem eleitas, as mulheres continuem morrendo por abortos clandestinos no Brasil e na Argentina? O aborto não foi legalizado. E não tem nenhuma explicação que não seja governar com uma série de alianças para manter uma governabilidade dentro de uma sociedade que é capitalista, com algumas inclusões a mais, mas para manter o *status quo* geral dessa sociedade. (ASSUNÇÃO, 2017, p. 25-26).

Esse é um elemento importante, pois estas parlamentares lutam no parlamento, e fora dele, pela legalização e regulamentação do aborto. Na Argentina o movimento de mulheres mobiliza centenas de pessoas pelo *Ni UnaMenos*, sendo o *Pan y Rosas* a principal corrente militante de mulheres nesse país.

O presidente neoliberal Mauricio Macri e o congresso da nação argentina, diante das pressões de milhares de mulheres nas ruas pela legalização do aborto, não tiveram alternativas a não ser pautar, em forma de projeto, a questão no congresso. Dessa forma, no dia 10 de abril de 2018, foi a primeira sessão. As parlamentares Miryam Bregman e Nathalia Gonzalez Seligra se colocam na linha de frente da defesa do projeto e batalham para que as e os parlamentares do Cambiemos, partido do qual Macri faz parte, não realizem nenhuma manobra, para que o projeto siga tramitando.

Na Argentina, assim como acontece no Brasil, centenas de mulheres morrem por ano vítimas de abortos clandestinos, em sua grande maioria são as mulheres trabalhadoras, jovens e pobres, e o Estado se isenta de qualquer responsabilidade frente a isto. Dessa forma, há uma imensa campanha pelo direito ao aborto, para que o projeto vire lei, impulsionada pelo PTS, grupo de mulheres Pão e Rosas, a FIT e outros blocos, com constantes jornadas de luta, na qual milhares de mulheres saem às ruas para exigir do congresso Argentino a legalização e regulamentação do aborto. Tendo como foco três pontos principais: educação sexual para decidir, anticoncepcionais para não abortar e aborto legal seguro e gratuito para não morrer. É importante ressaltar a importante participação das parlamentares do PTS na FIT que ocupam cargos em níveis estaduais e municipais nas marchas junto a Miryam Bregman e Nathalia Gonzalez Seligra.

Em termos de totalidade e do ponto de vista empírico, para ter uma dimensão real, apresentaremos nos quadros que seguem as deputadas do PTS/FIT.

Quadro 1. Legisladoras PTS – FIT (eleições 2013 e 2015)

Nome	Cargo	Provincia	Mandato
Miryam Bregman	Deputada Nacional	Buenos Aires	junho de 2015 a dezembro de 2016
Nathalia Gonzáles Seligra	Deputada Nacional	Buenos Aires	junho 2017- dezembro 2018
Laura Vilches.	Deputada Provincial	Córdoba	Dezembro 2015-dezembro 2019
Noelia Barbeito	Senadora Provincial	Mendoza	Maior 2013 - Maior 2017
Macarena Escudero	Deputada Provincial	Mendoza	até 2019 - pela eleição de 2015
Celina Prado	Concejal	Mendoza Capital	

Fonte: Elaboração própria.

No quadro 2, apresentamos o resultado institucional das Parlamentares eleitas do PTS/FIT nas eleições de 2017.

Quadro 2. Legisladoras PTS – FIT (eleições 2017)

Nome	Cargo	Provincia	Mandato
Nathalia Gonzáles Seligra	Deputada Nacional	Buenos Aires	Junho 2017- março 2019 - pela eleição de 2015
Miryam Bregman	Legisladora	Ciudad Autónoma de Buenos Aires	Dezembro de 2017 - maio 2021
Natalia Morales	Deputada Provincial	Jujuy	Dezembro de 2017- 2021
Andrea Gutiérrez	Concejal	San Salvador de Jujuy	Dezembro de 2017- Dezembro 2021
Laura Vilches	Deputada Provincial	Córdoba	Dezembro 2015-dezembro 2019 - pela eleição de 2015
Macarena Escudero	Deputada Provincial	Mendoza	até 2019 - pela eleição de 2015
Mailé Rodríguez	Deputada Provincial	Mendoza	Maior de 2018 – maio de 2021
Jésica Bustos	Concejal	Maipu	Maior de 2018 – maio de 2021
Emilce Chacón	Concejal	San Martin	
Micaela Blanco Minoli	Concejal	Lavalle	Maior de 2018 – maio de 2021
Natalia Hormazabal	Concejal	Neuquén	Maior de 2018 – maio de 2021

Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

No marco da crise política e de representação no país, estas parlamentares reivindicam sua participação no parlamento numa perspectiva diferente que a tradicional, utilizando estes espaços políticos articulando sua participação no conflito social, ou seja, nas lutas extraparlamentares.

A análise da literatura sobre o tema, tanto teórica como empírica, relacionados com nosso objeto de estudo, analisando os mandatos das deputadas nacionais Myriam Bregman (dezembro 2015 – dezembro 2016) e Nathalia Gonzalez Seligra (junho 2017-dezembro 2018) , nos confirmam que estas parlamentarias articulam seu mandato com a luta feminista extraparlamentar, a luta dos movimentos sociais e oprimidos, articulando dialeticamente com esta expressão da conflitividade social.

Para estas legisladoras existe uma relação particular entre exploração e opressão, entendem que o combate é contra a opressão de gênero, mas também a homofobia, o racismo e a xenofobia fazem parte indissolúvel da luta da classe trabalhadora para conquistar a hegemonia na luta contra a dominação burguesa. No caso das mulheres, estas são a maioria da humanidade, e, no marco da crise orgânica do capitalismo aberta desde 2008, encontra a classe trabalhadora numa situação inédita na história, onde 40 % da força de trabalho é feminina e 50,5 % é precarizada. No lugar da integração como muitos movimentos de mulheres realizaram durante o neoliberalismo, as parlamentares revolucionárias utilizam uma tática que articula luta institucional, mas subordinada à luta extra institucional, fazendo parte de um partido revolucionário. Como parte deste partido revolucionário lutam para que as trabalhadoras e trabalhadores tomem nas suas mãos o combate contra toda opressão, ao mesmo tempo que impulsiona movimentos pela libertação da mulher, pela liberdade sexual buscando construir frações revolucionárias no seu interior para confluir com a luta da classe trabalhadora pela revolução socialista.

Referencias

ASSUNÇÃO, Diana. **Feminismo e marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

D`ATRI, Andrea. **Pão e Rosas**. São Paulo: Edições Iskra, 2017.

ENGELS, F.; Introdução (1895) In MARX, K. **As lutas de classes na Franca de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERRI, C.; SANCHEZ, A.; Para que participamos los revolucionarios en las elecciones parlamentarias? In jornal **La izquierda Diario** (Chile). Publicado em: 25 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Para-que-los-revolucionarios-participamos-en-las-elecciones-parlamentarias>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

LENIN, V.I.; Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo; São Paulo: Global Editora; 1981.

LENIN, V. I., TROTSKY et ali; **Marxistas en la Primera Guerra Mundial**; Buenos Aires: Instituto del pensamiento Socialista; 2014.

LIEBKNECHT, K; Fundamento del voto contra la aprobación de los créditos de guerra en la sesión parlamentaria del 2 de diciembre de 1914 In Lenin, V. I., Trotsky et ali; **Marxistas en la Primera Guerra Mundial**; Buenos Aires: Instituto del pensamiento Socialista; 2014; p. 159-160.

_____; Liebknecht, K; ¡El enemigo principal está en el propio país! In Lenin, V. I., Trotsky et ali; **Marxistas en la Primera Guerra Mundial**; Buenos Aires: Instituto del pensamiento Socialista; 2014; p. 189-194.

_____; **Acerca da justiça de classe**; São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann; 2002.

_____; **Militarism and antimilitarism**; Sem local e sem editora; 1972.

_____; Carta a redação do Labour leader In Reed J. **Contra a guerra Karl Liebkecht**; Editora Pão e Rosas. Curitiba: sem data.

_____; Carta a Conferencia de Zimmerwald In **Contra a guerra Karl Liebkecht**; Editora Pão e Rosas. Curitiba: sem data.

MARX, K. e ENGELS, F.; **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo; 2007.

MARX, Karl.; **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo; 2007.

REED, J.; **Contra a guerra Karl Liebkecht**; Editora Pão e Rosas. Curitiba: sem data.

TROTSKY, L.; Por un frente único obrero contra el fascismo In **La lucha contra el fascismo en Alemania**; Buenos Aires: Instituto del Pensamento Socialista; 2013.

_____; **O Programa de transição**. Documentos da IV Internacional. São Paulo: Edições ISKRA; 2008.

_____; **La teoría de la Revolución Permanente**; Buenos Aires: Centro de Estudios, Investigaciones y publicaciones León Trotsky; 2005.

_____; **As Lições de Outubro**; São Paulo: Global editora, 1979.

ZINOVIEV, G; BORDIGA, A et al.; **A questão parlamentar e a Internacional Comunista**; Lisboa: Antidoto. Sem data.